



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA GERAL DE GOVERNO  
ASSESSORIA INTERSETORIAL E TÉCNICA

Ofício nº 2472/2023/ASTEC/SGG

Porto Velho/RO, 29 de setembro de 2023.  
**URGENTE**

À Senhora

**ROSINEIDE KEMPIM**

Secretária Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – **SEMESC**

**Ref.: Ofício nº 148/2023-CPIONGS - Ofício nº 55/2023-CPIONGS – Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito – SENADO FEDERAL.**

**Assunto: Reitera a solicitação presente no Ofício nº 55/2023 - Requerimento nº 66/2023-CPIONGS – Requisição de informações.**

Senhora Secretária,


Com nossos cordiais cumprimentos, encaminha-se o Ofício nº 148/2023-CPIONGS (anexo), oriundo da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito do Senado Federal, que no intuito instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo objeto é a investigação da liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro do corrente ano, **solicita o envio de resposta , no prazo de 5 (cinco) dias, em meio magnético e, preferencialmente, com assinatura digital nos arquivos para o endereço eletrônico [cpiongs@senado.leg.br](mailto:cpiongs@senado.leg.br).**

Ademais, destaca-se que o presente expediente já fora objeto do Ofício nº 1747/2023/ASTEC/SGG (e-DOC 28CF8131) e encontra-se em trâmite na Assessoria Intersetorial e Técnica de vossa Pasta de Gestão (ASTEC/SEMESC).

Ante o exposto, considerando as atribuições e competências desta SEMESC e visando evitar qualquer sanção pelo não envio das informações à CPIONGS, **remete-se a presente demanda para análise e adoção das providências cabíveis, COM A DEVIDA URGÊNCIA, para o remetimento de resposta direta à Comissão,** conforme as instruções presente nos Ofícios, com cópia a esta Secretaria-Geral de Governo – SGG para ciência das informações enviadas.

Sendo o que tínhamos a apresentar, reiteramos os préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**FABRICIO GRISI MÉDICI JURADO**  
Secretário-Geral de Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

A  
ASTEC para  
procedimentos.  
Porto Velho, 29/07/2023

Ofício nº 148/2023 – CPIONGS

Fabricio Grisi Médici Jurado

Secretário Geral de Governo

Brasília, 28 de setembro de 2023

A Sua Excelência o Senhor  
Hildon Chaves  
Prefeito do Município de Porto Velho

Assunto: **Reitera solicitação de informações – Requerimento nº 66/2023-CPIONGS**

Senhor Prefeito,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292/2023, destinada a *“investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior”*, informo a Vossa Excelência que não foram recebidas, até o momento, as informações solicitadas pelo Requerimento nº 66/2023 – CPIONGS, encaminhado ao Município de Porto Velho por meio do Ofício nº 55/2023 – CPIONGS.

Nesse sentido, reforço a solicitação de atendimento à requisição, estabelecendo para tanto o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito que a resposta à solicitação seja encaminhada em meio magnético e preferencialmente com assinatura digital nos arquivos, para o endereço eletrônico [cpiongs@senado.leg.br](mailto:cpiongs@senado.leg.br). Caso haja alguma dificuldade técnica no envio dos arquivos, solicito seja contatada a Secretaria da Comissão no telefone constante do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado *link* específico com vistas ao envio da documentação.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a este expediente, indicando-se a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

*[assinado eletronicamente]*

SENADOR PLÍNIO VALÉRIO

Presidente da CPIONGS







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 55/2023 – CPIONGS

Brasília, 27 de junho de 2023

A Sua Excelência o Senhor  
Hildon Chaves  
Prefeito do Município de Porto Velho

Assunto: **Requerimento nº 66/2023-CPIONGS – Requisição de informações**

Senhor Prefeito,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292/2023, destinada a “*investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades*”, e com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal c/c art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 2º da Lei nº 1.579/1952, encaminho a Vossa Excelência o Requerimento nº 66/2023 - CPIONGS, para atendimento no prazo de 10 (dez) dias úteis, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito que qualquer resposta a esse respeito seja encaminhada, em meio magnético e preferencialmente com assinatura digital nos arquivos, para o endereço eletrônico [cpiongs@senado.leg.br](mailto:cpiongs@senado.leg.br).

Caso haja alguma dificuldade técnica no envio dos arquivos, solicito seja contatada a Secretaria da Comissão no telefone constante do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado *link* específico com vistas ao envio da documentação.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a este expediente, indicando-se a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

**SENADOR PLÍNIO VALÉRIO**

Presidente da CPIONGS





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcio Bittar

**REQUERIMENTO Nº DE - CPIONGS**

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Porto Velho, Hildon Chaves, informações sobre contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Porto Velho, Hildon Chaves, informações sobre contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Nesses termos, requisita-se:

1. todos os contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, no período compreendido entre 1º de



janeiro de 2002 e 1º de janeiro de 2023, em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

## JUSTIFICAÇÃO

Um dos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme elencado no requerimento de criação, é "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior [...]".

Além do governo federal, tais entidades firmam também contratos com os governos dos municípios - os quais possuem competência constitucional concorrente para proteger o meio ambiente e preservar as florestas, a fauna e a flora (CF, art. 23, VI e VII) - para atuação na região amazônica.

Desse modo, é necessário que a comissão tenha acesso aos documentos que formalizam a parceria entre o ente governamental e as ONGs e Oscips. A análise documental servirá de base para o trabalho da CPI, que poderá conhecer a fundo o montante de recursos, bem como, as minúcias dos projetos escolhidos pela pasta, de modo a averiguar a adequação dos repasses e o mérito das atividades desenvolvidas.

A análise dos documentos que se requisita muito contribuirá para os demais objetivos da CPI, quais sejam, investigar a concentração de recursos em atividades-meio, investigar o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, investigar casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e investigar a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Registre-se que devem ser enviados todos os documentos, independentemente do grau de sigilo a que estejam afetados, uma vez que a Comissão possui meios adequados para o tratamento de documentação sigilosa.

Sala da Comissão,        de                                de                                .

**Senador Marcio Bittar**  
**(UNIÃO - AC)**





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 148/2023 – CPIONGS

Brasília, 28 de setembro de 2023

A Sua Excelência o Senhor  
Hildon Chaves  
Prefeito do Município de Porto Velho

Assunto: **Reitera solicitação de informações – Requerimento nº 66/2023-CPIONGS**

Senhor Prefeito,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292/2023, destinada a “*investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior*”, informo a Vossa Excelência que não foram recebidas, até o momento, as informações solicitadas pelo Requerimento nº 66/2023 – CPIONGS, encaminhado ao Município de Porto Velho por meio do Ofício nº 55/2023 – CPIONGS.

Nesse sentido, reforço a solicitação de atendimento à requisição, estabelecendo para tanto o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito que a resposta à solicitação seja encaminhada em meio magnético e preferencialmente com assinatura digital nos arquivos, para o endereço eletrônico [cpiongs@senado.leg.br](mailto:cpiongs@senado.leg.br). Caso haja alguma dificuldade técnica no envio dos arquivos, solicito seja contatada a Secretaria da Comissão no telefone constante do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado *link* específico com vistas ao envio da documentação.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a este expediente, indicando-se a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

*[assinado eletronicamente]*

SENADOR PLÍNIO VALÉRIO

Presidente da CPIONGS







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 55/2023 – CPIONGS

Brasília, 27 de junho de 2023

A Sua Excelência o Senhor  
Hildon Chaves  
Prefeito do Município de Porto Velho

Assunto: **Requerimento nº 66/2023-CPIONGS – Requisição de informações**

Senhor Prefeito,

No intuito de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292/2023, destinada a “*investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades*”, e com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal c/c art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 2º da Lei nº 1.579/1952, encaminho a Vossa Excelência o Requerimento nº 66/2023 - CPIONGS, para atendimento no prazo de 10 (dez) dias úteis, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito que qualquer resposta a esse respeito seja encaminhada, em meio magnético e preferencialmente com assinatura digital nos arquivos, para o endereço eletrônico [cpiongs@senado.leg.br](mailto:cpiongs@senado.leg.br).

Caso haja alguma dificuldade técnica no envio dos arquivos, solicito seja contatada a Secretaria da Comissão no telefone constante do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado *link* específico com vistas ao envio da documentação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a este expediente, indicando-se a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

**SENADOR PLÍNIO VALÉRIO**

Presidente da CPIONGS







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Marcio Bittar

## REQUERIMENTO Nº DE - CPIONGS

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Porto Velho, Hildon Chaves, informações sobre contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Prefeito do Município de Porto Velho, Hildon Chaves, informações sobre contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Nesses termos, requisita-se:

1. todos os contratos, termos de cooperação, termos de parceria e instrumentos congêneres firmados entre o município e organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, no período compreendido entre 1º de

janeiro de 2002 e 1º de janeiro de 2023, em temas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

## JUSTIFICAÇÃO

Um dos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme elencado no requerimento de criação, é "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs – e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior [...]".

Além do governo federal, tais entidades firmam também contratos com os governos dos municípios - os quais possuem competência constitucional concorrente para proteger o meio ambiente e preservar as florestas, a fauna e a flora (CF, art. 23, VI e VII) - para atuação na região amazônica.

Desse modo, é necessário que a comissão tenha acesso aos documentos que formalizam a parceria entre o ente governamental e as ONGs e Oscips. A análise documental servirá de base para o trabalho da CPI, que poderá conhecer a fundo o montante de recursos, bem como, as minúcias dos projetos escolhidos pela pasta, de modo a averiguar a adequação dos repasses e o mérito das atividades desenvolvidas.

A análise dos documentos que se requisita muito contribuirá para os demais objetivos da CPI, quais sejam, investigar a concentração de recursos em atividades-meio, investigar o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, investigar casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e investigar a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.



Registre-se que devem ser enviados todos os documentos, independentemente do grau de sigilo a que estejam afetados, uma vez que a Comissão possui meios adequados para o tratamento de documentação sigilosa.

Sala da Comissão, de de .

**Senador Marcio Bittar**  
**(UNIÃO - AC)**

**Urgente!**

e-DOC 700BF6DB



Assinado por **Claudene Souza Do Nascimento** - Assessor nível II - Em: 29/09/2023, 10:29:11